

PÁTRIO PODER E PODER ESTATAL NA ROMA DAS XII TÁBUAS
PATERNAL POWER AND STATE POWER IN ROME OF THE XII TABLES

*MOISÉS ANTIQUEIRA**

Resumo:

O artigo procura explicitar a maneira como a Lei das XII Tábuas se encaixa a um processo de fortalecimento do poder estatal romano, nos primeiros decênios da era republicana, face à estrutura social organizada em torno das primitivas *gentes*, por meio da regulamentação do pátrio poder e das relações existentes no âmbito da *familia* na Roma daquela época.

Palavras-chave:

República Romana; Lei das XII Tábuas; Pátrio Poder; Poder Estatal; Propriedade.

Abstract:

The article tries to explain how the Law of the XII Tables inserts itself into a process of strengthening of Roman state power, in the early decades of Republican era, regarding the social structure organized around the primitive *gentes*, through the regulations of paternal power and of the existing relations in the context of Roman *familia* of that time.

Keywords:

Roman Republic; Law of the XII Tables; Paternal Power; State Power; Property.

* Doutorando e mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) Endereço eletrônico: mantiq@usp.br.

Nas primeiras décadas do quinto século a.C.¹, a República romana se caracterizava, entre outras, por intermitentes crises de abastecimento de víveres, por um lado, e dissensões no interior do corpo cívico que giravam em torno, sobretudo, da questão da distribuição da terra pública (o *ager publicus*). Ao primeiro ponto, interligavam-se os confrontos bélicos que Roma e a Liga Latina travavam com povos que residiam além dos limites do Lácio, como os volscos e os équos, habitantes das montanhosas regiões centrais da Península Itálica, que atacaram a planície latina, a partir dos anos 490-480, atraídos pela localização da mesma e pela fertilidade da vizinha Campânia, ao sul. Nos decênios de 460 e 450, foi a vez dos hérnicos invadirem o Lácio. Tais batalhas obstaculizavam o comércio de sal e cereais ao longo do leito do rio Tibre e, somadas a eventuais más colheitas nos campos romanos, provocaram carestias gerais na cidade durante alguns anos. Para tanto, os anais dos pontífices máximos atestam períodos de prolongada fome nesta época (CORNELL, 1995, p. 268).

Internamente, observam-se as disputas entre o patriciado e a plebe. O conflito entre as ordens desenrolava-se em razão da tentativa dos patrícios em cerrar-se enquanto casta, controlando o acesso aos órgãos políticos e religiosos do Estado romano, quais sejam, as magistraturas, o Senado e o pontificado máximo. Por seu turno, a plebe mobilizava-se no sentido de sedimentar-se enquanto organismo de auto-assistência, buscando garantir o acesso ao consulado e aos demais cargos públicos, a assignação das terras públicas, a abolição do *nexum* (isto é, a servidão por dívidas), bem como a publicação de um código de leis escritas, quebrando o privilégio patricio no que tangia ao conhecimento do direito, visto este se enquadrar no *mos maiorum*, o costume dos ancestrais que garantia coesão à ordem patricia.

Não obstante, os confrontos externos e os conflitos sociais internos se interconectavam, na medida em que a plebe, obrigada a preencher as fileiras militares quando necessário, encontrava-se alienada do uso das terras públicas que, embora a princípio disponíveis para aqueles que pudessem cultivá-las, na prática eram controladas quase que integralmente pela nobreza patricia, bem como por outros proprietários fundiários que não se

¹ A partir deste ponto, as datas indicadas no texto referem-se ao período anterior à era cristã, salvo quando explicitado.

integravam a qualquer uma das ordens sociais², que as consideravam partes das terras coletivas pertencentes às suas respectivas *gentes*. O empobrecimento da plebe resultava, assim, em uma concentração das terras romanas ainda maior nas mãos do patriciado, uma vez que pequenos camponeses plebeus contraíam dívidas com os patrícios e, para quitá-las, muitas vezes entregavam suas poucas terras. A posição fragilizada e dependente dos elementos mais pobres que pertenciam à ordem plebéia refletiu-se no incremento da servidão por dívidas, pois a ausência de terras para cultivo impedia a obtenção de riqueza com a qual um indivíduo poderia livrar-se de seu débito. Disso decorria a principal contradição da sociedade romana ao início da República, pois a plebe defendia a liberdade de Roma frente aos inimigos, mas se reduzia à servidão junto aos proprietários fundiários ricos devido ao instituto do *nexum*.

Neste ensejo, a criação do decenvirado legislativo encarregado da redação daquilo que originou a Lei das XII Tábuas, nos anos 451-450, emergiu em função das demandas plebéias por leis romanas escritas e publicadas. Sob este prisma, tal medida resulta de um compromisso entre os segmentos que compunham a sociedade romana daquela época, como informa Tito Lívio (III, 31, 7-8). Desta feita, pode-se afirmar que o código de leis decorre de um contexto em que o Estado romano vivenciava tensões políticas, econômicas e sociais, ainda que, tendo em vista as evidências literárias e arqueológicas, não possamos definir com clareza de que modo essas tensões fomentaram ou influenciaram a codificação decenviral (FORSYTHE, 2005, p. 204).

Se, de fato, é lícito asseverarmos que a Lei das XII Tábuas delimita-se a um enquadramento de crise no seio da cidade romana arcaica, há de salientarmos, como advoga Eder (2005, p. 255), que a codificação das leis não alterou substancialmente a posição privilegiada das camadas superiores e, em verdade, ratificou mecanismos que alicerçavam os

² Há de ressaltarmos que a sociedade romana alto-republicana não pode ser compreendida em termos de uma estrita dualidade patriciado-plebe. Cornell (1995, p. 255-6) delinea a existência de ricos proprietários fundiários não-patrícios (lembramos que o patriciado não se confundia com a totalidade das *gentes*) que tampouco compunham a plebe. A diferença entre estes enriquecidos indivíduos e os patrícios residia no fato de que os primeiros não conseguiram monopolizar os cargos públicos, tornando-os hereditários, ao passo que os últimos, embasados por privilégios religiosos, o fizeram a partir, ao que parece, do segundo quarto do século V. Complementando o quadro, a organização da plebe resultava de um movimento composto, em sua maioria, pelas camadas economicamente inferiores, cuja coesão adviria dos interesses comuns que partilhariam. Ao que parece, Weber (1994, p. 97) caminhou na mesma direção, ao qualificar certos cidadãos da sociedade romana alto-republicana como “não-nobres residentes, isto é, a classe dos pequenos e médios proprietários”, identificando-os aos posteriores líderes plebeus. Mesmo que, a princípio, estes pequenos proprietários não tenham integrado a plebe, esta ordem se caracterizaria pela heterogeneidade, visto que, ao lado de indivíduos empobrecidos, postavam-se elementos que, no exercício de ofícios manuais e atividades comerciais, amalharam riqueza, que se convertia em importante equipamento militar, distinguindo-se no interior da ordem plebéia.

direitos e protegiam à aristocracia das pressões advindas dos setores sociais inferiores, isto é, os plebeus pobres. Estes últimos, por exemplo, não tinham ciência das ações da lei (*legis actiones*) e de todo o formalismo pertinente aos procedimentos litigiosos então empregados³. O direito romano, naquele momento, ainda se caracterizava por ser mecânico e casuístico, sendo insubstituível em sua forma⁴, ou seja, as condições que viabilizavam o ato jurídico permaneceram essencialmente ritualizadas. Validadas a partir de fórmulas secretas, que se inscreviam no âmbito do *mos maiorum*, sob os cuidados de pontífices e magistrados, a aplicação das leis romanas concentrou-se nas mãos do patriciado mesmo após a publicação da Lei das XII Tábuas.

Além disso, Drummond (1989, p. 108) enfatiza a flexibilidade das relações de patronagem construídas na Roma alto-republicana, em virtude da existência de estratos sócio-econômicos que independiam das ordens patricia e plebéia e que, assim sendo, evitariam uma posição de extrema sujeição diante de seus patronos e poderiam fundamentar obrigações que escapavam à simples provisão de trabalho ou produtos em espécie. Desta feita, supomos que, ao menos no que tangia aos proprietários de terras que, em origem, não pertenciam às duas ordens sociais e aos plebeus enriquecidos, o acesso às fórmulas processuais era factível, à medida que se colocassem na condição de clientes de algum patrício, pois que os interesses de um patrono deveriam favorecer seus dependentes. Manter clientes ricos, por seu turno, elevava a autoridade e o prestígio desfrutado pelo patriciado. Portanto, se o conhecimento do formalismo que envolvia os atos jurídicos era, a princípio, exclusividade patricia, o estabelecimento de laços clientelares possibilitava aos não-patrícios ricos tomar ciência daquele. À plebe pobre, entretanto, restaria somente a ignorância das ações da lei, exceto se, igualmente, um de seus membros se tornasse cliente de um patrício, todavia em um nível de dependência muito maior se cotejado àquele estabelecido entre um cliente detentor de riqueza e esse mesmo patrono patrício.

Neste sentido, ao estabelecer um instrumento que imprime uniformidade e exatidão ao tratamento de casos semelhantes, os legisladores romanos encontraram um meio de legitimar o

³ Estes foram sistematizados e publicados somente em 312, sob o título de *Ius Flavianum*, por obra de Cneo Flávio, filho de um liberto do censor Ápio Cláudio Ceco.

⁴ A fim de ilustrarmos tal afirmação, nota-se que em *Lex XII Tab.* VIII, 11, se determina que “contra aquele que haja cortado injustamente as árvores alheias, penas de vinte e cinco asses por cada árvore cortada”. Logo, se uma pessoa decepasse as videiras de outra e esta intentasse uma ação visando reparação, perderia a causa, caso proferisse o termo *vites* (videiras) ao invés de *arborea* (árvores), como exigia a letra da lei.

exercício do poder por parte daqueles que já o controlavam, pois que as leis, escritas e publicizadas, compreenderiam o corpo cívico em conjunto e, por conseguinte, a Lei das XII Tábuas retardou o conflito social em Roma em um momento significativo de seu desenvolvimento, em detrimento da plebe desprovida de recursos (EDER, 2005, p. 259). Isto explicaria, em parte, a relativa tranqüilidade observada no interior de Roma nas décadas posteriores à introdução da Lei das XII Tábuas e se contrapõe à perspectiva que considera a codificação como um grande avanço da plebe em sua luta por direitos. Outrossim, se refuta a idéia de que tal legislação fundamentou-se em um princípio de igualdade entre as ordens, como escreveram Cícero (*De rep.* II, 36, 61) e Tito Lívio (III, 34, 3), o qual afirma que “tanto quanto dez homens possam prover, igualaram os direitos de todos, os mais nobres e os mais humildes”.

Conclui-se assim que a legislação decenviral assegurou a “igualdade perante a lei”, ou seja, um conjunto de regras que abarcavam comumente a todos, porém não a “igualdade na lei”, a supressão de distinções jurídicas entre as ordens. Tal percepção enquadra-se ao ponto de vista de Nicolet (1992, p. 25), ao assinalar que a igualdade jurídica entre os cidadãos, seja em matéria política, cívica ou privada, nunca existiu na Roma antiga.

Para todos os efeitos, a instabilidade política romana, interna e externamente, tornava necessária a confecção de leis que englobassem patrícios, plebeus e os demais elementos que compunham a cidade no que se refere, por exemplo, ao direito de propriedade, aos contratos e às obrigações. Portanto, uma legislação única e comum a todos deveria reger o conjunto dos cidadãos. O direito romano codificado assegurava a estabilidade das pessoas, enfim, a ordem, uma vez que a secularização e a publicação das leis foram fatores decisivos no processo unificador da cidade (MARTINO, 1972, p. 311).

Sendo assim, as circunstâncias históricas que marcaram os meados do século V em Roma exigiram dos romanos a adoção de soluções eficientes e inéditas, no que concerne à manutenção da própria comunidade e à organização política instituída. A Lei das XII Tábuas congrega o esforço do corpo cívico em aplicar uma solução adaptada às condições do momento, na medida em que “[...] o Direito é o caminho normativo mais utilizado e mais eficaz para que o poder social, especialmente o poder do Estado, se realize” (ROSA, 1970, p. 92).

Logo, almejamos empreender uma análise da Lei das XII Tábuas⁵ que nos permita identificar aspectos da história social e política de Roma durante o período alto-republicano, centrando-se nas prescrições relativas ao pátrio poder e à propriedade elencadas na referida codificação. Sendo assim, pretendemos delinear a forma pela qual tais regramentos exprimem, ou mesmo criam, novos mecanismos que perpassam as relações no horizonte da *familia* romana, uma vez que esta constituía a mais importante unidade social à época.

Para tanto, faz-se oportuno definirmos as bases em que se sustentavam os poderes de um *pater* na organização familiar romana. A figura deste remonta às estruturas sociais organizadas pelas diversas comunidades aldeãs que se formaram, ao longo dos séculos X-VIII, no entorno dos montes tiberinos, articuladas em *familiae* e, extensão destas, em *gentes*, calcadas em laços de consangüinidade, com preponderância dos indivíduos mais velhos do sexo masculino, os *patres*. A *familia*, pois, constituía o núcleo comunal, ao abarcar o pai, a mãe, os filhos, clientes, alguns escravos e toda a propriedade ou os bens que a ela pertencessem. O *pater*, diferentemente da acepção moderna no que tange ao pai no interior da família nuclear, era a autoridade reinante em uma casa, ao congregar *potestas*, isto é, poder sobre a prole, os filhos desta e os escravos (aos quais incidia a chamada *dominica potestas*), *manus*, ou o poder sobre a mulher e sobre as mulheres dos filhos e, por fim, *dominium*, que dizia respeito ao poder sobre os bens.

Neste sentido, como postula Crook (1967, p. 113), o poder daquele que encabeçava a *familia* romana não pode ser considerado unitário, mas abarcado sob as três diferentes categorias acima, ou seja, o poder que um *paterfamilias* exercia manifestava-se de acordo com a função para a qual era direcionado. À guisa de ilustração, a potestade que incidia sobre um filho distinguia-se do poder sob o qual o escravo encontrava-se submetido, visto tratar-se de dois indivíduos que usufruíam *status* diferentes e, sendo assim, o primeiro tornar-se-á cidadão,

⁵ O texto por ora escrutinado não representa, de maneira integral e literal, a codificação empreendida na Roma do século V. Os mais variados fragmentos da lei foram agrupados a partir de referências vislumbradas em autores como Cícero, Varrão, Plínio, o Velho, Gaio e Ulpiano ou por intermédio das citações encontradas na monumental compilação jurídica, o *Codex Iuris Civilis*, efetuada em Bizâncio durante a segunda e terceira décadas do sexto século d.C., por ordem do imperador Justiniano (527-565 d.C.). No que concerne à reconstituição da fonte, o erudito germânico Dirksen aperfeiçoou o trabalho de seus predecessores e, em 1824, delineou a disposição das tábuas e das leis corriqueiramente adotada, isto é, cada tábua expressa determinada matéria e se compõe por normas que se encaixam em cada tema em específico (MEIRA, 1972, p. 134). Sendo assim, ainda que o texto tenha sofrido alterações e interpolações com o passar dos séculos, cremos tratar-se de um valioso instrumento que nos remete às formas de pensar e agir dos primeiros tempos da República romana.

ao passo que o último, se não houver alteração em seu estatuto, jamais deixará de ser um cativo.

Por sua vez, a *gens* conservava a unidade e a primitiva organização familiar, configurando-se a partir da coexistência de *familiae* sobre um mesmo ou limítrofes terrenos. Coulanges (1975, p. 85) a definiu como uma “associação marcada por laços de origem comum, sendo que seus membros reconhecem um antepassado em comum que deva ser cultuado por eles apenas”. Em fins do sétimo e ao longo do sexto séculos, no entanto, a região do Lácio foi inserida na órbita da expansão etrusca e neste período se promoveu uma série de alterações no território romano, como uma nova divisão do mesmo em quatro tribos, considerando-se o domicílio de cada indivíduo e, pois, solapando a antiga repartição tripartite baseada em laços gentílicos e integrando ao espaço da urbe todos os estrangeiros livres que lá residissem (HEURGON, 1971, p. 170). Não obstante, a despeito das transformações econômicas, políticas e sociais que se observaram em Roma a partir da chegada dos etruscos, a *familia* configurava ainda, ao tempo da Lei das XII Tábuas, papel ímpar enquanto instituição normativa da vida social romana, donde redundava, conseqüentemente, a relevância do *pater*.

Sublinhemos, de imediato, que as medidas presentes na Lei das XII Tábuas denotam uma restrição ao ilimitado poder exercido pelo *pater* no âmbito de sua *familia*. À guisa de ilustração, o *pater* perdia a potestade sobre um filho se o vendesse pela terceira vez ⁶. Esta direito de venda de um filho (*ius vendendi*) assemelhava-se àquele de um escravo e, para tanto, empregava-se o procedimento legal da *mancipatio* ⁷. Ademais, posto que a escravidão constituía uma forma de trabalho dependente pouco relevante em um período de expansionismo incipiente, caso dos primórdios da República romana, a venda de um filho por parte de seu *pater* teria representado, somando-se à servidão por dívidas e às relações de clientela, um veio importante de fornecimento de mão-de-obra naquele cenário (FINLEY, 1986, p. 92).

⁶ Ver *Lex XII Tab.* IV, 3. Deduzimos, assim, que o *pater* dispunha da prerrogativa de vender seu filho como escravo para outrem. No entanto, tratava-se de algo provisório, sendo que o *pater* poderia reincidir sua autoridade sobre o filho, posto que lhe era permitido vendê-lo mais de uma vez. O filho vendido encontrava-se em uma situação especial, denominada *in mancipio*, pois conservava sua cidadania, mas perdia todos os seus direitos privados (MARKY, 1995, p. 155).

⁷ A *mancipatio* consistia no principal modo de aquisição e de transferência de qualquer tipo de propriedade naquela época, cuja validação dependia da formalidade do “bronze e balança” (*per aes et libram*), isto é, um ato fictício de compra e venda, no qual se permutavam mercadorias por preço, sendo este simbolizado por tiras de bronze não cunhadas e que, para tanto, deveriam ser pesadas (WATSON, 1975, p. 134). Entretanto, havia ainda transações concretizadas por meio da *traditio*, menos ritualizada que as fórmulas empregadas para a efetivação da transferência de bens por intermédio da *mancipatio*, porém utilizada em menor escala (MARKY, 1995, p. 47).

Essa limitação à autoridade do *pater* visava a resguardar os filhos, posto que impunha uma norma que regulamentaria a relação de poder existente entre ambas as partes, desiguais entre si. Uma vez que o texto da lei remete-se apenas à venda do filho (*filius*) e silencia acerca das *filiae*, ou seja, das descendentes do sexo feminino, aventa-se que o *pater* poderia emancipar uma filha de sua autoridade ao realizar uma cerimônia similar, envolvendo uma venda e uma revenda (FORSYTHE, 2005, p. 221).

Vale salientar, com efeito, que a partir desta lei se desenvolveu uma forma de adoção diferente da adrogação (*adrogiatio*)⁸, ou seja, após a terceira vez o *pater* adotivo poderia reivindicar sua potestade sobre o indivíduo outrora emancipado duas vezes por seu *pater* original. Isto evidencia, como assevera Ducos (1984, p. 305) que tal dispositivo da Lei das XII Tábuas foi empregado em outra instância, assumindo finalidade distinta daquela para a qual fora formulado, a saber, o amparo do filho. Neste sentido, a codificação decenviral fomentou o surgimento de novas práticas sociais no âmago da urbe romana.

Por outro lado, é extremamente difícil postularmos até que ponto essas medidas seriam observadas, sobretudo em um momento tão remoto do passado romano, para o qual as fontes são mais escassas, se cotejado a períodos posteriores, como o Alto Império ou o Império Tardio. Cantarella (2003, p. 290) salienta que os censores, desde que a magistratura foi criada anos depois da confecção da Lei das XII Tábuas, utilizavam o dispositivo da *nota censoria*⁹ para tornar público à comunidade quais *patres* haviam escravizado seus filhos apenas para humilhá-los perante os demais e, assim, proibiam que tais *patres* ascendessem ao Senado. Todavia, haveria situações em que seria socialmente tolerável a venda dos filhos enquanto escravos, por exemplo, quando empreendessem algum ato de natureza ilícita, como uma injúria a outrem (*iniuria*) ou um furto simples (*furtum conceptum*), passíveis de reparação pecuniária, tal como se ordena, respectivamente, em *Lex XII Tab.* VIII, 4 e VIII, 15. Nestes casos, a parte lesada não processaria o *filius*, visto este não dispor de patrimônio, mas sim o *pater*, que poderia evitar a condenação por intermédio de uma prescrição especial, isto é, por meio de uma *mancipatio* do filho em favor da vítima e, em consequência deste ato, o filho tornar-se-ia escravizado de fato.

⁸ Modalidade de adoção reservada apenas aos cidadãos *sui iuris*, isto é, aqueles que independiam do pátrio poder.

⁹ Espécie de pena moral infligida pelos censores aos cidadãos que, com sua conduta, incorressem em faltas que não condissessem com os ditames do *mos maiorum*, os quais os censores deveriam zelar em Roma.

Ademais, guardava semelhanças com o filho vendido como escravo a situação do cidadão atado a terceiros em virtude de dívidas, no tocante ao fato de que poderia recuperar seus direitos, uma vez quitado seu débito, no caso. A alusão ao pecúlio (*Lex XII Tab*, V, 11) nos sugere que este indivíduo poderia reunir condições de readquirir sua liberdade. Por seu turno, facultava-se ao credor o direito de matar o servo por dívidas ou vendê-lo ao estrangeiro, para além do rio Tíbre (*trans Tiberim*), se não aceitasse mantê-lo (*Lex XII Tab*. III, 6), ocasionando a perda da cidadania romana por parte deste homem atado. Por isso, a Lei das XII Tábuas garantiam, dentro dos limites do território da cidade, os direitos de todos os cidadãos romanos, mesmo que estes se encontrassem sob o regime do *nexum*.

Retomando a idéia quanto à proteção dos interesses do filho, perspectiva similar se vislumbra em *Lex XII Tab*. IV, 4: “se um filho póstumo nasceu no décimo mês após a dissolução do matrimônio, que esse filho seja reputado legítimo”. Conseqüentemente, a lei focava-se em definir de modo claro uma questão específica, para a qual não haveria possibilidade de se contar com o testemunho do *pater* e, desta maneira, em uma única frase o código decenviral enunciava uma regra de direito bastante precisa, que exprimia uma concisão pertinente a um conjunto de leis que congregam princípios enraizados no interior de um determinado enquadramento social, eliminando os vestígios acerca das normas gerais que ofereceram material à discussão contida na lei (DUCOS, 1984, p. 167).

Por outro lado, em *Lex XII Tab*. IV, 2 assegurava-se ao *pater* o direito de vida ou morte sobre quaisquer descendentes (*ius vitae ac necis*), reiterando a ampla autoridade que possuía no que concerne à sua *família*. Nota-se, assim, que a Lei das XII Tábuas reconhecia a instituição do pátrio poder como parte integrante da *civitas* e, ao limitá-la, o poder estatal interferia pela primeira vez no ambiente familiar, que lhe era anteriormente vedado (COULANGES, 1975, p. 248). A importância desta instituição é ratificada ao longo da história da civilização romana, visto que o cidadão apenas adquiria total capacidade de direito quando se tornava *sui iuris*. Enquanto o *pater* vivesse, seus descendentes eram considerados *alieni iuris*, não dispondo da capacidade jurídica em sua plenitude, independente da faixa etária ou da posição desfrutada na sociedade.

Outra faceta do pátrio poder residia no *manus*. O matrimônio (*conubium*) consistia em um ato de suma importância na vida arcaica, pois introduzia em uma *família* novos elementos a serem submetidos ao *pater*, garantindo a este, em função do poder de *manus*, autoridade sobre sua própria esposa, assim como sobre as esposas de seus filhos, como mencionamos acima.

O matrimônio, sob a forma da *confarreatio*, foi o único reconhecido, enquanto tal, pela Lei das XII Tábuas e requeria uma cerimônia religiosa para concretizar-se. Corresponderia ao matrimônio por excelência, exclusivo do patriciado, detentor das fórmulas rituais exigidas para a sua realização. A esta prática referir-se-ia a célebre proibição do casamento entre patrícios e plebeus (*Lex XII Tab.* XI, 1). Sendo assim, a princípio, o poder marital restringir-se-ia ao âmbito das *gentes* patrícias. Entretanto, a própria Lei das XII Tábuas apresenta dois outros modos de aquisição do poder marital, a saber, a *coemptio*, uma espécie particular de contrato que envolvia uma venda fictícia, na qual o marido “comprava” sua esposa e o *usus*, ou seja, a utilização do princípio jurídico do usucapião, segundo o qual a posse se torna legal e absoluta ao fim de um certo tempo. Assim, se a mulher residisse, na qualidade de esposa, durante um ano com um homem, incidia sobre ela o poder de *manus* do seu esposo, se este desfrutasse da condição *sui iuris* ou, em caso contrário, tal mulher se submeteria ao *pater* do esposo. Contudo, se por três noites consecutivas se ausentasse da casa daquele, permaneceria sob a potestade de seu *pater* original (*Lex XII Tab.* VI, 4).

Com efeito, podemos destacar dois pontos acerca desta medida. Em primeiro lugar, a Lei das XII Tábuas trazia em seu bojo uma possibilidade concreta de se evitar a aquisição de *manus*, expressando a ocorrência (ainda que fosse pontual) de um anseio ou necessidade, por parte de uma mulher ou do *paterfamilias* desta, de se eximir ou eximi-la da potestade de outrem, ao que se concedia reconhecimento legal (WATSON, 1975, p. 17). Por seu turno, no que se refere aos conflitos sociais da época, deduz-se que um plebeu adquiriria poder marital por meio do usucapião, mesmo que o *ius conubium* lhe fosse vedado e, neste sentido, a norma contida em *Lex XII Tab.* XI, 1 possuía pouca eficácia, visto que não impedia aos plebeus dispor do poder de *manus* sobre uma mulher.

No que concerne ao *dominium* atribuído ao *pater*, recordemos que, nos interstícios do direito em Roma, a noção de propriedade (*proprietas*) era caracterizada como “um poder jurídico absoluto e exclusivo sobre uma coisa corpórea” (MARKY, 1995, p. 133). Ou seja, tratava-se de uma relação direta que recaía sobre algo tangível. Portanto, a propriedade de bens corresponde a mais uma esfera que concerne às atribuições do *paterfamilias*, que dispunha de totais prerrogativas no tocante à alienação e à transmissão testamentária dos bens que pertenciam à sua família.

Visto representar a essência da vida material em uma sociedade agrária, como era o caso da Roma alto-republicana, destacaremos a questão da propriedade fundiária. No ambiente

das *gentes*, a terra constituía propriedade coletiva, alicerçada em práticas religiosas que a tornavam inalienável. Não obstante, a propriedade privada (o *ager privatus*) emerge em razão das mudanças sócio-econômicas galvanizadas pelo domínio etrusco, associadas sobremaneira ao lendário rei Sêrvio Túlio, resultando na necessidade de dispor, com absoluta liberdade, tanto econômica quanto jurídica, de uma propriedade. Aplicou-se à posse imobiliária esse conceito de propriedade privada que se articulava à qualificação social censitária que se gestava, em suma, imprimia-se uma nova base, a renda, para fundamentar a participação política na cidade e, para tanto, carecia alterar-se o estatuto da terra (da propriedade em geral), pois que esta simbolizava a riqueza em Roma. O avançar deste processo dissolveu os alicerces da antiga organização coletivista, modificando as relações do direito, algo que se identifica com a Lei das XII Tábuas (WEBER, 1994, p. 95).

Contudo, no entender de Coulanges (1975, p. 56-7), a origem religiosa da inalienabilidade da propriedade ainda teria ressoado nos interstícios da codificação, posto que os túmulos mantiveram seu caráter sacro (*Lex XII Tab.* X, 11) e, portanto, indivisíveis, bem como a execução de dívidas não envolvia a propriedade porque esta pertencia à *familia*, e não apenas ao devedor, restando ao indivíduo amortizar seu débito junto ao credor com o próprio corpo, ótica esta que tornaria legal a prática do *nexum* (*Lex XII Tab.* III, 3).

Por outro lado, a existência da propriedade privada redundava em direitos e deveres recíprocos entre os proprietários individuais. Logo, demandava-se a existência de um conjunto de leis que regulamentassem as relações entre os proprietários romanos, algo que se alcançou por meio da Lei das XII Tábuas (WATSON, 1975, p. 157)¹⁰. Uma vez que a propriedade privada dos bens imobiliários implicava a necessidade de um organismo que não se restringisse ao plano gentílico, posto que poderia envolver cidadãos que integravam diferentes *gentes*, denota-se o fortalecimento das instituições político-jurídicas da cidade de Roma, naquele momento evidenciadas pelo código decenviral.

Somada à legalização da propriedade imobiliária privada e individual, a assignação do solo igualmente dissolveu as bases do coletivismo agrário. Ao reconhecer a faculdade testamentária de um *paterfamilias* (*Lex XII Tab.* V, 3), a Lei das XII Tábuas permitiu que um homem dispusesse de seu patrimônio da maneira que lhe conviesse. Neste sentido, o poder estatal reconhecia e protegia, assim, a propriedade privada. O primogênito deixou de ser o

¹⁰ Para ilustrarmos tal assertiva, apresentamos meramente uma medida, que determina que “o proprietário tem o direito de colher no terreno vizinho os frutos caídos de sua árvore” (*Lex XII Tab.* VII, 10).

herdeiro necessário, como as antigas prescrições religiosas postulavam, visando à inalienabilidade da propriedade e a transmissão do culto familiar. Apenas as sucessões *ab intestado*, ou seja, na ausência de testamento, seguiriam o antigo procedimento (*Lex XII Tab.* V, 4), em que os bens eram legados aos herdeiros que integravam a *domus* do falecido *pater*, denominados *sui heredes*. Livre das amarras religiosas, a regulamentação do testamento comprovava, igualmente, o caráter privado que as terras coletivas adquiriam na Roma do século V, postando-se ao lado das terras públicas. No caso das sucessões intestadas, além disso, pode-se vislumbrar inclusive um indício do enfraquecimento do sistema de *gens*, pois que os *gentiles* herdariam somente na inexistência de descendentes diretos (os já citados *sui heredes*) e, depois destes, na ausência de agnados (*Lex XII Tab.* V, 5). Em resumo, os membros da *gens* se encontravam no último degrau da escala sucessória e, em fins da era republicana, a sucessão dos *gentiles* deixou até mesmo de ser legalmente atestada (MARKY, 1995, p. 186).

Por fim, relacionada ao postulado anterior, a emancipação dos bens familiares poderia ocorrer por meio da autorização e reiteração das relações de compra e venda, que impunham obrigações estritas a ambas as partes envolvidas, como entrevemos em *Lex XII Tab.* VI, 10 e *Lex XII Tab.* VI, 11, que estipulam, respectivamente, que a propriedade de algo vendido e entregue é adquirida de fato pelo comprador quando este quitasse o preço acordado e que confirmam a cessão de bens perante a presença de um magistrado. Assim sendo, a Lei das XII Tábuas encaixava-se nos preceitos que definiríamos por liberdade contratual, garantindo aos cidadãos proteção contra terceiros no que concerne à disposição sobre a propriedade, bem como permitia aos indivíduos regular autonomamente suas relações, dentro de um quadro delimitado, mediante acordo jurídico (WEBER, 1999, p. 15-6).

Logo, concluímos que qualquer cidadão encontrava-se, juridicamente, em condições de adquirir propriedade imobiliária e de outra espécie em meados do século V, posto que a legalização da capacidade testamentária e a liberdade contratual rompiam com os ditames da estrutura gentílica. Desta maneira, o pertencimento a uma *gens* não corresponde mais a uma condição necessária no que se referia, por exemplo, à aquisição de terras.

Assim, por intermédio da Lei das XII Tábuas, o Estado romano regulamentou a maneira pela qual o cidadão poderia acionar a esfera judicial. Tome-se, por exemplo, a medida expressa em *Lex XII Tab.* VI, 1: “Quando qualquer um cumprir a solenidade do *nexum* e do *mancipium*, que as suas palavras tenham a força da lei”. Ora, mesmo que tal procedimento precedesse a determinação contida na legislação decenviral, a partir desta as ações legais foram

fixadas sob responsabilidade estatal. Desta maneira, a Lei das XII Tábuas prefigura os ditames de um processo em que o Estado busca englobar outras associações portadoras da criação de direito, “[...] reivindicando para si a condição de fonte do todo o direito legítimo” (WEBER, 1999, p. 14).

Não obstante, a cidade-Estado romana no século V não reunia condições de posicionar-se enquanto “fonte de todo o direito legítimo”. Mas isso não impediu que o controle jurídico invadissem esferas outrora reservadas a outras instituições sociais. É o caso, ao nosso ver, das restrições que matizavam a extensão do pátrio poder. Bonfante (1928 apud MEIRA, 1972, p. 208) afirma que a Lei das XII Tábuas exprime um processo de ampliação gradativa do círculo de ação penal por parte da cidade-Estado, absorvendo delitos antes reservados somente à autoridade do *pater*, impondo a este, por conseguinte, uma série de deveres. Por outro lado, a *familia* foi reconhecida enquanto instituição preponderante da vida coletiva. O mesmo se aplica à autoridade paterna. Coexistiam, portanto, esferas “criadoras de direito” não excludentes, fazendo com que o cidadão romano subordinasse-se aos imperativos que emanavam da cidade, mais constrangedores, tanto quanto aos familiares, mais imediatos, visto que as fronteiras entre as esferas “pública” e “privada” não se encontravam claramente definidas, mas sim interdependentes.

Outra característica da Lei das XII Tábuas reside em seu conservadorismo, simbolizado na afirmativa de Machado Neto (1987, p. 167), ao definir como uma das possíveis funções do direito o cumprimento de “um papel conservador do *status quo*, também servindo a legitimar o poder político”.

De fato, a codificação de 451-0 surgiu devido às pressões plebéias em torno da publicação de leis escritas e, sem dúvida, significou um importante instrumento de luta e conquista plebéia, na medida em que cessou o privilégio patrício referente ao conhecimento das leis. Entretanto, não atuou como um instrumento de efetiva mudança social visto que, à luz da afirmativa acima, não promoveu a distribuição das terras públicas, tampouco aboliu o *nexum*, principais reivindicações plebéias. Desta forma, a Lei das XII Tábuas limitou-se a preservar a estrutura social que as editou, como esboçamos acima.

E qual estrutura era essa? Aquela que se forjava desde o início do processo de desagregação do primitivo ordenamento gentílico, iniciado ainda no século VI, em que se instituíram os princípios da qualificação social censitária, abarcando os cidadãos – à exceção

dos cavaleiros – em uma única classe (*classis*) de recrutáveis, isto é, englobando a totalidade dos indivíduos mobilizáveis em função da riqueza de cada um e, desse modo, distinguindo-os socialmente (HEURGON, 1971, p. 165), a despeito dos laços de consangüinidade característicos do sistema de *gens*. Portanto, enquanto instrumento condicionante/condicionado da sociedade romana, a codificação exprimiu a desarticulação das *gentes* em função de uma organização censitária dos cidadãos que, neste ensejo, ratificava a posição privilegiada do patriciado e outros grupos proprietários em detrimento dos elementos mais pobres que faziam parte da plebe.

A desigualdade, fundamentada na renda, entre as camadas sociais romanas ficava latente no próprio texto da codificação decenviral: “que, para o rico (*adsiduus*), somente um rico possa ser defensor ou fiador (*vindeus*); para um proletário (*proletarium*), qualquer um poderá ser” (*Lex XII Tab.* I, 4). Logo, essa distinção entre *adsidui* e *proletarii*¹¹, no que concernia ao processo judicial, ressalta que a diferenciação entre os cidadãos romanos repousaria na classificação censitária. Concebendo os romanos sob o mesmo critério, a renda, independentemente do pertencimento a uma *gens*, a Lei das XII Tábuas atesta que o romano passava a situar-se perante as instituições citadinas em virtude de sua riqueza.

Todavia, salientemos que, à época da Lei das XII Tábuas, o *comitatus maximus*, que viria a ser identificado com a assembléia por centúrias, não estava plenamente constituído, tampouco congregava um real poder de decisão, tal como preconizado em *Lex XII Tab.* IX, 2¹². Naquele momento, as resoluções comiciais deveriam ser ratificadas pelos senadores e tal prerrogativa não foi suprimida pela legislação decenviral (DUCOS, 1984, p. 97). Portanto, a Lei das XII Tábuas não se confunde com a emergência da perspectiva de soberania popular, posto que esta se vinculava a uma concepção de liberdade e igualdade no interior do corpo cívico que desenvolveu-se ao final do período republicano, em paralelo à efetiva atribuição da assembléia centuriata enquanto órgão que, em última instância, decidia questões relativas à vida de um cidadão (DUCOS, 1984, p. 96)¹³. Ademais, provavelmente somente após a instauração da

¹¹ Os *adsidui* congregavam os proprietários, os indivíduos que possuíam recursos suficientes para proverem seu próprio equipamento bélico, ao passo que os *proletarii*, como o termo alude, somente podiam oferecer a si mesmos e a sua prole.

¹² “O *comitatus maximus* só pode estatuir as penas capitais para um cidadão, isto é, podendo acarretar a perda da vida, da liberdade ou da cidadania”.

¹³ Ao nosso ver, esta lei expressa um traço da mentalidade dos romanos, qual seja, asseverar a autoridade de uma medida por intermédio da antiguidade da mesma, pois que assim se assegurava uma forma de referendar a idéia da soberania do povo reunido em assembléia enquanto um dos princípios norteadores da vida romana. Há

censura em 443, magistratura quinquenal encarregada do recenseamento dos cidadãos romanos com base na riqueza que possuísem, a assembléia por centúrias conquistou, de modo progressivo, a relevância política que a caracterizaria em momento posterior, ocupando-se da eleição das principais magistraturas republicanas, como o consulado, a censura e a pretura e deliberando acerca de assuntos externos, sobretudo declarações de guerra ou definições de acordos de paz..

Desta feita, embora a autenticidade da medida incluída em *Lex XII Tab. IX, 2* seja claramente questionável, resta a perspectiva de que, se as *gentes* se mantivessem enquanto estrutura político-social predominante no interior da cidade, ao Estado caberia apenas regular os contatos entre aquelas, visto que os indivíduos se encontrariam submetidos ao poder paterno na alçada de um tribunal de *família*. Porém, a importância da plebe e de outros elementos não-patícios no desenvolvimento da cidade e nas atividades econômicas tornou, como afirma Grimal (1984, p. 93), “[...] imperativa a organização de uma justiça dirigida não a grupos, mas a pessoas”. Logo, a codificação decenviral traduz o desenrolar de um processo em que se tencionava fundamentar um poder estatal, supragentílico, por meio de alguns regramentos que dinamizassem as relações entre os cidadãos no âmbito da vida privada, mas que, por sua vez, ratificavam a posição suprema do *pater* no seio da *família* em Roma.

Sendo um fato social, a normatividade jurídica transforma-se na medida em que a sociedade se altera, interagindo com esta a ponto de igualmente transformá-la. (ROSA, 1970, p. 58). Posto assim, quanto mais a cidade se alterava, mais o direito se adequava às novas condições, fenômeno este que vislumbramos na codificação da Lei das XII Tábuas, por intermédio das medidas referentes ao pátrio poder e à conseqüente tentativa de delimitação de sua amplitude. Uma vez que as leis conferiam ao *pater* certos papéis na comunidade, as implicações destes foram traçadas de modo estrito. Isso não significa, porém, que na civilização romana as relações entre pais e filhos desconhecessem modos de afetividade. Devemos ter mente, em verdade, que o modelo familiar disposto na Lei das XII Tábuas difere dos padrões atuais, posto que, esclarece Cantarella (2003, p. 298), os romanos viviam em um mundo “onde a *patria potestas* determinava o comportamento e modelava as emoções”.

de ressaltarmos que esta disposição da Lei das XII Tábuas foi reconstruída a partir de comentários ciceronianos acerca da codificação, presentes na obra *De legibus*. O autor atesta “que não se proponha condenar à morte um cidadão, a não ser diante dos comícios máximos” (*De leg. III, 4, 11*), designando na seqüência, ao explicitar suas considerações acerca desta medida, que tais comícios corresponderiam, de fato, à assembléia centuriata (*De leg. III, 19, 44*).

Referências bibliográficas

Fontes e traduções

CICERO. *De Re Publica; De Legibus*. Translated by Clinton Walker Keyes. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, 1988. (The Loeb classical library, 213).

Código de Hamurabi, Código de Manu, Lei das XII Tábuas. Supervisão editorial de Jair Lot Vieira. Bauru: Edipro, 2002.

LIVY. *Livy, with an English translation in fourteen volumes*. Translated by Benjamin Oliver Foster. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: Heinemann, vol. 2, Books III and IV, 1984. (The Loeb classical library, 133).

Remains of old Latin. Lucilius; The Twelve Tables. Edited and translated by Eric Herbert Warmington. Cambridge, MA: Harvard University Press, vol. 3, 1967. (The Loeb classical library, 329).

Obras gerais e artigos de periódicos

CANTARELLA, E. Fathers and sons in Rome. *The Classical World*, New York, vol. 96, n. 3, p. 281-298, 2003.

CORNELL, T. J. *The beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. New York; London: Routledge, 1995.

COULANGES, F. de. *A cidade antiga*. Estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. 12. ed. Tradução Jonas Camargo Leite; Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975.

CROOK, J. *Patria potestas*. *The Classical Quarterly*, Cambridge, vol. 17, n. 1, p. 113-122, 1967.

DRUMMOND, A. Early Roman *clientes*. In: WALLACE-HADRILL, A. (ed.). *Patronage in ancient society*. New York; London: Routledge, 1989. p. 89-114.

DUCOS, M. *Les romains et la loi: recherches sur le rapport de la philosophie grecque et de la tradition romaine à la fin de la République*. Paris: Les Belles Lettres, 1984.

EDER, W. The political significance of the codification of law in archaic societies: an unconventional hypothesis. In: RAAFLAUB, K. A. *Social struggles in archaic Rome*. New perspectives on the Conflict of the Orders. Oxford: Blackwell, 2005. p. 239-267.

FINLEY, M. I. Amos e escravos. In: _____. *A economia antiga*. 2. ed. Tradução Luísa Feijó; Carlos Leite. Porto: Afrontamento, 1986. p. 83-130.

FORSYTHE, G. Rome of the Twelve Tables. In: _____. *A critical history of early Rome*. From Prehistory to the First Punic War. Berkeley: University of California Press, 2006. p. 201-233.

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Tradução Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1984.

HEURGON, J. *Roma y el Mediterráneo occidental hasta las guerras púnicas*. Traducción Antonio Antelo. Barcelona: Labor, 1971.

MACHADO NETO, A. L. *Sociologia jurídica*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

MARKY, T. *Curso elementar de direito romano*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

MARTINO, F. de. Il decemvirato ed il tentativo di una nuova costituzione. In: _____. *Storia della costituzione romana*. 2. ed. Napoli: Edizione Jovene, v. I, 1972. p. 297-311.

MEIRA, S. A. B. *A lei das XII tábuas*: fonte do direito público e privado. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

NICOLET, C. O cidadão e o político. In: GIARDINA, A. (dir.). *O homem romano*. Tradução Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1992. p. 21-48.

ROSA, F. A. de M. *Sociologia do direito*: O fenômeno jurídico como fato social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

WATSON, A. *Rome of the Twelve Tables*. Persons and property. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

WEBER, M. *História Agrária Romana*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. *Economia e sociedade*. Fundamentos de Sociologia Comparada. Tradução Regis Barbosa; Karen Elsabe. Brasília: EdUnB, vol. 2, 1999. p. 14-124.